

A representação política é feita aqui. Há deputados que utilizam o mandato para dar voz a causas e assuntos importantes. Os outros dois pilares - o de fiscalizar e o de produzir leis - praticamente não existem. Nós abdicamos do direito de fiscalizar o Governo do Estado e de aprovar leis importantes.

Sou daqueles que acham que o Brasil não carece de mais leis. Não acho que o problema brasileiro está na sua Constituição ou na quantidade de códigos e leis que existem no País. Não acho isso. Portanto, de fato, se cada deputado, aqui, reduzisse o seu trabalho à aprovação de mais leis, nós criaríamos um colapso institucional.

O problema é que a síntese da cobertura política desta Casa, muitas vezes, se dá na quantidade de projetos aprovados - o que é um erro, primeiramente, pelo que eu disse. Há muitas leis, já. Depois, aqueles que aprovam leis, aqui, no geral, são ligados ao Governo. Na esmagadora maioria das vezes, têm os seus projetos de lei vetados ou são projetos que saem do nada e vão para lugar nenhum, sem o mínimo de importância na vida dos paulistas - e por isso são aprovados.

Então, aqui, por exemplo, senhores, estamos vivendo uma crise em que a Procuradoria-Geral da República denuncia o governador do Estado por malversação do dinheiro relacionado à Previdência pública e à Educação. Existe uma ação questionando isso. Esta Casa aprovou recentemente autorização para o governador usar dinheiro que provém dos royalties do petróleo e do gás, que tem um carimbo da Saúde e da Educação, para tapar rombo na Previdência, entre outras coisas.

Eu sou autor de uma PEC que regulamenta aquilo que já é uma diretriz nacional. Regulamenta e torna obrigatória a utilização do dinheiro que virá da exploração do pré-sal para a Educação e para a Saúde. Não conseguimos avançar nessa proposta, aqui, na Casa.

Um projeto desses gera resultado na vida das pessoas. Garantem-se investimentos para a Saúde e para a Educação. Não faço questão de ser autor do projeto. Se o governador quiser, pode ser ele o autor. Se o presidente da Assembleia quiser, pode ser o autor. Se as bancadas quiserem, podemos ser todos autores desse projeto, que será um projeto coletivo da Casa.

No entanto, projetos dessa envergadura são censurados em uma medíocre comissão - que eu não sei quem é - que avalia os projetos e eles os escolhem. O Governo determina ao presidente o que pode e o que não pode ser pautado na Assembleia.

É por isso que, vira e mexe, esta e outras Casas Legislativas são motivos de piadas. Aqui, pode-se aprovar um projeto que estabelece o "Dia Estadual do Ipê Florido", o "Dia Estadual do Ipê Quase Florido", o "Dia Estadual do Ipê Florido Roxo", o "Dia Estadual do Ipê Florido Amarelo", e por aí vai. Isso está legalizado aqui. Ficar criando dias de tudo, dando denominações de praças, trocando nomes de escolas, é para isso que, em uma população de aproximadamente 40 milhões de pessoas, apenas 94 cidadãos e cidadãs compõe a Casa Legislativa.

Será que é para isso que nós, 94 iluminados, fomos eleitos? Para ficar concordando com absolutamente tudo do Governo e não alterando positivamente nada no estado de São Paulo?

Fora a perseguição e os pequenos privilégios. Poucos deputados conseguem algo, se fossem três dezenas de deputados, eu já me dava por satisfeito "olha, pelo menos trinta por cento dos deputados desta Casa consegue aprovar projetos importantes". Mas não, um ou outro deputado, aqueles que, com certeza, ao final da legislatura, ganharão um diploma de bom comportamento, conseguem aprovar o seu projeto ou fazer com que o Governo pague as suas emendas.

Outra piada é o fato de deputado federal ou estadual apresentar emendas ao Orçamento, o que já é de um vício político equivocado. Só serve para rebaixar ainda mais o Parlamento e empobrecê-lo. Por que eu digo isso? Porque a emenda parlamentar, especialmente quando o orçamento não é impositivo, faz com que o deputado caia em uma armadilha.

Quando você faz a indicação de uma emenda para um município, você acabou de cair em uma armadilha. Geralmente o deputado apresenta emenda, faz foto no gabinete, fala na rádio da cidade, sai no jornal da cidade dizendo que arrumou 100 mil reais para o asilo tal. Passa um, dois, três anos e a emenda não sai.

Por se tratar de um asilo, obviamente, boa parte daquela população já foi substituída e morreu iludida de que o deputado conseguiria ajudar o espaço em que ele vive. Essa é a realidade.

Aí o Governo nunca paga emenda, chega a hora de votar a LDO ou o Orçamento no final do ano e essas emendas, que ficaram três, quatro, cinco anos sem serem liberadas, são discutidas. Fazemos uma roda, fingimos que acreditamos no Governo, o Governo finge que estamos acreditando nele e inventamos uma grande cena, uma grande novela para podermos fechar as portas e entrar em recesso.

Então o governo diz: "Sabem aquelas milhões de emendas que eu nunca paguei? Eu prometo que se vocês aprovarem o Orçamento, eu pago em fevereiro". E nunca paga. Essa é a realidade.

Eu falo um pouco rindo para poder rir da própria tragédia, do contrário entramos em um colapso emocional, em um conflito muito grande. Essa é a realidade da Casa, uma Casa de joelhos, que vive apresentando emendas que o Governo não paga, que utiliza essas emendas como uma forma de alienação absoluta, de escravização ideológica e política do Parlamento.

É com tristeza que chegamos ao final de mais um semestre com a Casa improdutiva, sem nenhuma intervenção de fato no Estado, sem nenhuma intervenção que possa alterar a vida das universidades públicas, que possa alterar a vida dos servidores públicos ou que possa alterar, para melhor, a vida dos estudantes da rede pública de Educação. Também não cumpriu o papel fundamental de fiscalizar um governo que é campeão de escândalos e de direcionamento de licitação. Lamentavelmente, essa é a realidade.

E aqueles que, como eu, contestam veementemente este Governo, que promovem convocações nas comissões, que apoiam a participação popular direta na Assembleia Legislativa, enfim, os alunos indisciplinados, não serão nunca, obviamente, reconhecidos pelo professor Alckmin. O professor Alckmin pouco reconhece seus bons alunos, de vez em quando premia o mais subserviente e mais comportado.

Então, eu vejo que nós estamos em uma grande escolinha política e que tem um professor Alckmin que nos observa. Percebo também que, infelizmente, tem uma luta aqui para ver quem é mais comportado. Essa é a Assembleia Legislativa, uma Assembleia cortês, diplomática, educada, que de nada serve para o povo paulista e para a democracia paulista.

E tenho dito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação o Substitutivo nº 1, com parecer favorável do Congresso de Comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permanecem como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo. Fica prejudicado o projeto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Delegado Olim e Marco Vinholi para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Tudo bem que esteja em verificação de presença, mas não estou entendendo. Teve um acordo com o deputado Feliciano e todos os outros deputados estão fora do acordo, é isso? Pelo o que eu estou entendendo acho que é isso o que está acontecendo no plenário. Eu não estou entendendo. Deixe-me entender. Foi aprovado o projeto de lei do deputado Feliciano, sendo que o acordo era a aprovação dos projetos de todos os deputados. Ai, faz-se uma verificação. Todo mundo está pagando papel de que, que eu não estou entendendo?

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, nós estamos em uma verificação de presença. Não há quórum para ter debate em plenário.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB - Eu não estou entendendo. Espere só um minutinho. Eu quero uma resposta, eu quero entender o que está acontecendo. Eu sou deputado desta Casa, eu estou aqui, estou presente e quero saber o que está acontecendo, porque isso não foi acordado. (Falas sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Deputado, nós estamos no processo de verificação de presença.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB - Eu estou dirigindo a minha palavra a Vossa Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Ou corta a palavra dele ou eu também falarei.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB - Eu só quero uma explicação racional.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Nós estamos em verificação de presença.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Bezerra, sabe qual é a explicação? A liderança do PT pediu verificação e assim será. É regimental.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB - Eu quero uma explicação.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Nós estamos no processo de verificação de presença. Deputado, eu vou pedir para cortar o som do microfone para poder fazer a verificação de presença.

- É feita a chamada.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número insuficiente para a continuidade dos trabalhos, e agradece a colaboração dos nobres deputados Delegado Olim e Marco Vinholi.

Esta Presidência, nos termos do Art. 106, inciso III, do Regimento Interno, declara levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 42 minutos.

23 DE JUNHO DE 2017 91ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL CAMILO e CARLOS GIANNAZI
Secretário: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL CAMILO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Menciona que há três anos fora aprovado o Plano Nacional de Educação, que estabelece metas e diretrizes para a política educacional. Afirma que apenas 20% dessas metas foram alcançadas. Aponta para a falta de investimentos no setor, no âmbito estadual e federal.

3 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

4 - CORONEL CAMILO

Informa que, hoje, fora assinado contrato para migração de rádios AM para FM, no estado de São Paulo. Enaltece o empenho de Gilberto Kassab, ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Considera que a medida deve beneficiar as empresas de radiodifusão e aumentar a qualidade do sinal das emissoras. Defende a aprovação do PLC 4/17, que permite a recontratação de policial inativo na área administrativa e aumenta a idade de aposentadoria compulsória para a categoria. Pleiteia investimentos na área de Segurança Pública.

5 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Anuncia a presença do professor e economista Plínio de Arruda Sampaio Jr., que, adiciona, participou de debate sobre a crise política brasileira, nesta Casa.

6 - CORONEL CAMILO

Assume a Presidência.

7 - CARLOS GIANNAZI

Comenta relatório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que apontou a superlotação de 90% das salas de aula estaduais. Discorre sobre irregularidades indicadas pelo órgão nas contas do Governo do Estado. Cita projetos de lei, de sua autoria, que limitam o número de alunos nas salas. Considera que desconexões físicas feitas pelo Executivo estadual beneficiam empresas em detrimento de investimentos sociais no Estado.

8 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE CORONEL CAMILO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 26/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, no mesmo dia, às 10h, em "Comemoração do Dia do Bombeiro". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Camilo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-e ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia SP, público presente, nós estamos comemorando os três anos da aprovação do Plano Nacional de Educação, aprovação que se deu em junho de 2014 estabelecendo metas, diretrizes e objetivos para toda a Educação nacional por um prazo de 10 anos. O plano aprovado estabeleceu 20 metas sobre a universalização da Educação em todos os níveis:

Educação Infantil, creche, pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Ensino Técnico, Ensino Tecnológico, Ensino Profissionalizante; estabeleçamos metas relacionadas à formação dos profissionais da Educação, metas relacionadas ao financiamento da Educação, a implantação da gestão democrática da Educação brasileira, enfim, e a mais importante foi a Meta nº 20, que trata do financiamento da Educação, elevando o percentual nesse prazo de 10 anos para 10% do PIB - porque hoje o Brasil não investe nem 5% do PIB da sua riqueza em Educação. A grande conquista talvez tenha sido essa: 10% do PIB em Educação. Há outras conquistas importantes do ponto de vista do Magistério, que nós conseguimos aprovar no plano nacional, como, por exemplo, a meta nº 17, que obriga os estados e os municípios a oferecerem um salário, um piso nacional salarial que seja, no mínimo, o equivalente ao dos mesmos profissionais que tenham nível superior no Brasil, que gira em torno hoje de R\$ 5.500,00. No mínimo isso.

Enfim, eu falei em comemoração, mas, na verdade, nós não temos nada para comemorar, porque o Plano Nacional de Educação, que virou lei federal, foi aprovado em junho de 2014 e até agora nós só realizamos, no máximo, 20% dessas metas e desses objetivos. O que mais nos preocupa é que todas essas metas dependem, logicamente, no geral, do aumento do financiamento da Educação. Porém, nesse processo todo, nós tivemos um grande golpe na Educação, porque com a aprovação das reformas em curso no Brasil - reforma da Previdência, reforma Trabalhista - mas, sobretudo, com a PEC nº 55, agora Emenda Constitucional nº 95, nós sofremos um duro golpe na Educação nessa área do financiamento, porque ela congelou os investimentos na Educação, na Saúde, em todas as áreas, mas, sobretudo, na Educação.

O financiamento do Plano Nacional da Educação já está totalmente comprometido. Nós não vamos conseguir atender as 20 metas estabelecidas no plano. É um retrocesso. Inclusive, isso tem um efeito também nos planos estaduais e municipais já aprovados, inclusive o de São Paulo, que nós aprovamos no ano passado. Esse plano será inviabilizado com a reforma em curso hoje no Brasil.

Há pouco, nós estávamos na TV Assembleia fazendo um programa, uma grande entrevista, com um grande economista, pesquisador, professor da Unicamp, Plínio de Arruda Sampaio Júnior, sobre a crise. Estávamos dizendo exatamente sobre a transferência dos recursos públicos para o capital, para os rentistas, para os especuladores. Todas essas reformas em curso no Brasil retiram direitos trabalhistas, mas, sobretudo, canalizam os fundos públicos, o orçamento público, para o capital privado, para o capital financeiro.

Inclusive, o orçamento da Educação, que sempre foi vítima da DRU-Desvinculação das Receitas da União, agora, com a Emenda Constitucional nº 55/95, nós tivemos um duro golpe na Educação pública brasileira, que não terá as metas alcançadas, porque para universalizar o atendimento na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, no ensino superior, na educação profissional, na educação técnica e tecnológica, nós precisamos de dinheiro, de aumento do financiamento e, com o congelamento, isso se torna basicamente inviável com esse ajuste fiscal.

Em São Paulo, é mais grave ainda, porque independentemente da aprovação da PEC nº 55 pelo governo federal, o governo Alckmin já vinha fazendo o ajuste fiscal na Educação, fechando escolas, fechando salas, fechando turnos, demitindo professores, mediadores, professores coordenadores, vice-diretores, agentes de organização escolar. Em 2015, isso já vinha acontecendo. Tanto é que os alunos da rede estadual ocuparam 250 escolas contra o ajuste para que não fossem fechadas. Eles venceram naquele primeiro momento.

Em São Paulo, o ajuste fiscal já veio na frente do ajuste do governo federal. É muito grave o que está acontecendo também no campo da Educação, tanto em âmbito federal como no estado de São Paulo. Depois, eu quero ainda comentar a aprovação das contas de 2016 no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, do governo Alckmin. Elas foram aprovadas, mas com ressalvas. Entre as ressalvas estão as críticas à política educacional, falando sobre a questão da superlotação de salas. Eu volto, ainda hoje, para falar sobre esse tema.

Eu quero registrar a presença do Plínio de Arruda Sampaio Júnior, que está hoje aqui na Assembleia Legislativa. Ele participou dessa entrevista e está lançando um livro fazendo um diagnóstico da crise brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Parabéns, nobre deputado Carlos Giannazi, pela luta pela educação. Se nós quisermos mudar esse País, a educação, sem dúvida, é um dos meios.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

Eu estive hoje no Palácio do Governo. Hoje ocorreu a assinatura da migração das rádios AM para FM. A rádio AM vai deixar de existir. Foi um grande evento. Mas eu queria destacar a presença e o trabalho do ministro Gilberto Kassab. Ele foi elogiado por todos os presentes da radiodifusão. Ele tem feito a diferença na área das telecomunicações, na área de comunicação, na área de inovação, no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

Essa migração é um passo superimportante para diminuir o custo para as empresas de radiodifusão, vai aumentar a abrangência, vai chegar mais ao cidadão e à imprensa. Com isso, nós temos mais democracia.

Isso está na linha do nosso ministro Gilberto Kassab, meu amigo, ex-prefeito de São Paulo. Lembro, inclusive, que, como prefeito, foi quem criou, junto comigo, a operação delegada, que beneficiou bastante a população de São Paulo, uma grande ideia. Também foi o ministro quem criou a Lei Cidade Limpa, que melhorou a qualidade de vida de toda a cidade de São Paulo. Uma pena que depois degradou um pouquinho e o prefeito João Doria volta agora na mesma linha da ordem urbana, da organização, da qualidade de vida para todos, enfrentando problemas como a cracolândia, mas com coragem, assim como teve Gilberto Kassab.

Fica aqui o nosso reconhecimento ao ministro Gilberto Kassab. Ele foi elogiado pelo presidente do grupo Bandeirantes, pela Associação Paulista das Emissoras de Rádio, pela Abert, que é a Associação Brasileira das Empresas de Rádio e Televisão. Ou seja, todos falaram da agilidade que ele deu ao Ministério e às comunicações no Brasil. Parabéns, nosso ministro Gilberto Kassab.

Eu queria falar também sobre o PLC 04. Lá no palácio, nós aproveitamos para conversar com a Casa Civil e com o secretário adjunto sobre o Projeto de lei Complementar 04. O PLC 04 ajuda imensamente o povo de São Paulo. Ele permite que o policial que já cumpriu o seu tempo, que deu o seu quinhão quando estava na ativa, possa ser recontratado e trabalhar na área administrativa. Lembro a todos que nós perdemos, em São Paulo, perto de seis mil homens que eram os soldados temporários. Nós perdemos esses homens por uma questão do Ministério do Trabalho e isso não foi reposto. Então, é uma forma de termos mais efetivos para trabalhar na área da administração e esses policiais poderem trabalhar na rua.

Além disso, o Projeto de lei Complementar 04 tem outras coisas importantes também. Aumenta o limite da idade compulsória. O que é isso? Os policiais militares, por serem militares, têm que se aposentar aos 52, 54, 56 anos de idade, obrigatoriamente. Às vezes, nem completou o tempo de contribuição, mas eles têm que se aposentar por lei. Ele perde salário, perde promoção, sai antes do tempo, prejudica todo mundo, inclusive a nossa previdência. Então, esse projeto é superimportante.

Ele também acaba com um ano de pedágio para os oficiais - que as praças não têm - para poder se aposentar. Ou seja, para concorrer ao posto imediato para se aposentar. E, muito importante, tem uma emenda que eu coloquei nesse projeto que faz justiça às mulheres policiais militares de São Paulo, para dar oportunidade de se aposentar aos 25 anos como acontece com as policiais civis de São Paulo. É só uma questão de justiça. Corrigir uma injustiça que existe no estado de São Paulo. Todas as policiais civis do Brasil já têm os 25 anos. As policiais civis de São Paulo têm, faltam só as policiais militares. Espero a sensibilidade do Governo do Estado de São Paulo, do nosso líder do Governo, o deputado Barros Munhoz, e da Casa de leis, para colocar esse projeto em votação.

Outra coisa que fomos fazer no Palácio do Governo: por causa da crise, uma série de nomeações têm sido seguradas um pouquinho pelo Governo do Estado. Pedimos ao secretário de governo, o Dr. Saulo de Castro, e ao secretário-adjunto da Casa Civil, para que façam a nomeação dos tenentes que fizeram o curso.

Isso não pode acontecer, o pessoal fez o curso, terminou o curso e não foi promovido. Ou seja, cabos, soldados, sargentos que fizeram o curso de habilitação, já são aptos a serem tenentes e não foram nomeados como tenentes. Estão perdendo salário, e a população de São Paulo perde. Tem tenentes treinados - perto de 90 - que poderiam estar trabalhando nas unidades e ainda estão nas suas funções antigas.

Fica aqui nosso pedido ao Governo do Estado. Além de olhar, é lógico, para o reajuste salarial, como falou o deputado Carlos Giannazi e outros que se manifestam. Precisamos de um reajuste na área da Educação, da Saúde, da Segurança. Mas falo muito pela área da Segurança, que eu conheço de perto. Precisamos valorizar o funcionário público do estado de São Paulo, os profissionais da Segurança, dando um reajuste, ainda que seja pequeno. No caso da Segurança Pública, vamos completar três anos sem reajuste salarial.

Isso foi um resumo do que aconteceu hoje e do que aconteceu na semana. Esperamos sensibilidade do Governo do Estado para fazer o reconhecimento aos profissionais da Segurança Pública, passando os projetos e sentando para conversar sobre um reajuste salarial para todos os profissionais da Segurança do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu que agradeço, nobre deputado Coronel Camilo.

Quero aproveitar para fazer o registro da presença do Plínio de Arruda Sampaio Junior. Ele é economista, professor da Unicamp, pesquisador e, sobretudo, militante das lutas sociais. Hoje ele deu uma aula na TV Alesp, no Alesp Convida, uma aula de economia e política. Discutiu a crise, falou do aprofundamento dessa crise do capitalismo nacional e internacional.

Quero muito agradecer a sua presença, Plínio de Arruda, pela sua grande contribuição para esse debate e para que nós possamos entender a crise política e a crise econômica no Brasil e possamos buscar instrumentos de superação desse momento difícil da história do Brasil.

O Plínio está lançando um novo livro, "Crônicas de uma Crise Anunciada", para que nós possamos entender com profundidade o que está acontecendo no Brasil. Mas, sobretudo, é uma crítica, uma denúncia, mas também o anúncio da possibilidade de mudança. Muito obrigado, eu honro, Plínio, tê-lo aqui no plenário da Assembleia Legislativa. Devolvo a palavra ao Coronel Camilo, para continuar presidindo os nossos trabalhos.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Camilo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Retomando a Presidência desta Mesa, e com muita honra ao lado do Dr. Plínio. Parabéns, mais uma vez, pelo trabalho, parabéns pela edição do livro, espero que todos leiam. Vou ler também, para conhecer e entender um pouquinho melhor a crise pela qual passamos.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - De volta a esta tribuna no dia de hoje, eu gostaria de falar - como eu disse anteriormente - sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, do dia 21 agora, que aprovou as contas do governador com ressalvas.

Nas ressalvas existem duras críticas à condução da política educacional do nosso estado. São vários pontos levantados, elencados. Um deles é em relação a uma luta que nós estamos travando há muitos anos na Assembleia Legislativa, que é a questão da superlotação de salas.

O que diz o relatório? Que em 90 % das escolas estaduais existe a superlotação das salas. Nós já apresentamos desde 2007 - nosso mandato apresentou - dois projetos de lei. Um deles já foi aprovado, já virou lei no estado. É a Lei 15.830, que não é respeitada pela Secretaria da Educação. Ela limita o número de alunos nas salas com matrículas de crianças com deficiência física ou mental - ou seja, na Educação especial.

Ao mesmo tempo, temos outro projeto, o Projeto nº 517, de 2007, que foi aprovado em todas as comissões. Já está pronto para ser votado a qualquer momento. O projeto é de 2007 e não foi aprovado até agora. Se as nossas duas propostas tivessem sido viabilizadas pelo governo do Serra, pelo governo do Alckmin, pelo governo dos tucanos em São Paulo, pela Secretaria Estadual de Educação, essa situação já teria sido alterada.

Hoje mesmo, de manhã, fui a uma escola estadual e conversei com os professores, que reclamam da superlotação de salas na rede pública de ensino. Esse é um ponto levantado no parecer do Tribunal de Contas.

As contas foram aprovadas, mas não é novidade, porque os conselheiros são nomeados pelo Governo. Então, logicamente, eles se comportam de uma maneira submissa e aprovam todas as contas do Governo. Foi assim com todos eles. Desde que o Mário Covas assumiu o Governo do Estado as contas são aprovadas, porque eles nomearam quase todos os conselheiros existentes hoje no Tribunal de Contas.

Só esse dado da Educação e essas irregularidades citadas já seriam um bom motivo para não aprovar as contas. Porém, as contas chegam em breve à Assembleia Legislativa. Elas deverão ser analisadas e votadas pelos deputados. Nós vamos votar contra. Nós, da oposição, do PSOL, somos totalmente contra a aprovação de contas do governador que suprimem e retiram recursos da Educação.

Esse é um ponto. Há outro, falando da inexistência de laboratórios, de salas de leitura, de bibliotecas, na rede estadual. Tudo o que nós já falamos, exaustivamente, desde 2007, é confirmado pelo relatório do Tribunal de Contas. Ou seja, falta investimento na Educação.